

## **A lógica desconhecida do "Capital" de Alain Bihrl<sup>1</sup>**

Louis Gill

Nesse pequeno livro de 125 páginas, Alain Bihrl apresenta uma síntese clara e completa do percurso seguido por Marx em *O Capital*, com o desejo de esclarecer a continuidade da análise que liga os três livros. No conjunto, esse esforço de apresentação é bem sucedido, no entanto ele suscita certo número de críticas.

### **A crítica da economia política**

Alain Bihrl chama a atenção primeiramente para o fato de que Marx concebia o *Capital* como a crítica da economia política. Todavia suas proposições a esse respeito são desconcertantes. A crítica da economia política seria segundo ele “*a crítica das insuficiências da ciência econômica*” (p. 11). Aproveitando-se dos conhecimentos adquiridos nas obras dos economistas, Marx colocaria em evidência “*sus lacunas, suas insuficiências, seus erros teóricos...*”. Ele se proporia “*a ultrapassar seus limites e aperfeiçoar a ciência econômica como conhecimento positivo do processo global da produção capitalista*”. O mínimo que se pode dizer é que é muito difícil reconciliar essa visão das coisas com a concepção de Marx da economia política e com o sentido da crítica que ele faz dela.

Para Marx, como ele bem explicou particularmente no Posfácio da segunda edição alemã do *Capital*<sup>2</sup>, a economia política, elaborada como ciência burguesa fundada na comunidade de interesses do trabalho assalariado e do capital, só poderia manter-se como ciência provisoriamente. A intensificação da luta de classes em torno dos anos 1830, “*fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa*”. A economia política deixa de ser uma ciência para se transformar em ideologia, em apologética.

Assim que uma ciência burguesa da Economia Política pareceu tornar-se possível aqui [na Alemanha], ela havia-se tornado, portanto, novamente impossível. (...) O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista (...) (grifos meus).

Para ilustrar melhor o fato de que o “*aperfeiçoamento da ciência econômica como conhecimento positivo do processo global da produção capitalista*” era completamente alheio a Marx, vale a pena mencionar essas palavras tiradas do mesmo Posfácio:

O método aplicado em *O Capital* foi pouco entendido, como já o demonstram as interpretações contraditórias do mesmo. Assim, a *Revue Positiviste* me acusa [...] adivinhem!, de que eu me limitaria à mera análise crítica do dado, em vez de prescrever receitas (comteanas?) para a cozinha do futuro.

---

<sup>1</sup> Tradução de Juliana Macedo Mantovani e Victor Santos Vigneron. Revisão de Danilo Chaves Nakamura.

<sup>2</sup> Karl Marx, *O Capital*, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, pp. 15-21.

Marx prossegue citando um longo trecho de um artigo do escritor russo, J.J. Kaufman, comentando seu método, que eu retomo aqui em parte:

Para Marx, só importa uma coisa: descobrir a lei dos fenômenos de cuja investigação ele se ocupa. E para ele é importante não só a lei que os rege, à medida que eles têm forma definida e estão numa relação que pode ser observada em determinado período de tempo. Para ele, o mais importante é a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra (...). Por isso, Marx só se preocupa com uma coisa: provar, mediante escrupulosa pesquisa científica, a necessidade de determinados ordenamentos das relações sociais (...). Para isso, é inteiramente suficiente que ele prove, com a necessidade da ordem atual, ao mesmo tempo a necessidade de outra ordem, na qual a primeira inevitavelmente tem que se transformar (...). (grifos meus)

Esse método tem pouco a ver com a “*denúncia das lacunas e das insuficiências*” da “*ciência*” econômica, ou com a “*denúncia do mundo ao avesso*” do qual fala Bihr (p. 12-13); essas denúncias evocam, sobretudo, a crítica idealista dos socialistas utópicos. Ele também não se limita à “*demonstração da possibilidade do comunismo*”, que Bihr define como o “*sentido final da crítica marxista da economia política*”. Ele exprime a sua *necessidade* objetiva.

### **“O fio vermelho”**

Sob esse título, Bihr apresenta a tese proposta por ele no livro. “O Capital, escreve ele, começa pela análise de uma relação social de grande generalidade e abstração, o valor, e prossegue pela exposição das diferentes formas que revestem essa relação, partindo das mais simples às mais complexas (...). Esse encadeamento, prossegue ele,

responde a uma verdadeira lógica, a da autonomização do valor no que se refere às suas condições de existência (...) e, por consequência, no que se refere aos atores sociais”. Porém “essa autonomização se opera em definitivo pela apropriação por essa relação social que é o valor dessas mesmas condições de existência (...) de modo que a abstração crescente do valor, sua autonomia crescente enquanto relação social é apenas o processo pelo qual a relação se apropria da realidade social em toda sua extensão e em toda sua compreensão. (p. 14-15).

Mesmo que Bihr não se refira a isso explicitamente, é difícil não ver nessas palavras uma proximidade com a interpretação de Marx reivindicada pela corrente da *wertkritik*, da qual Moishe Postone e Anselm Jappe estão entre os fundadores<sup>3</sup>. De qualquer forma, a idéia de uma apropriação das condições de existência por uma relação social em razão de sua autonomia crescente enquanto relação social está longe de saltar aos olhos, e o mesmo ocorre com a idéia de uma abstração crescente do valor que deve se realizar dentro do quadro de um processo de redução progressiva da abstração que leva do abstrato ao concreto. Para avaliar, além das aparências desconcertantes, a “lógica desconhecida” do *Capital* que propõe Bihr, é útil lembrar a esse respeito da “lógica conhecida”.

Como explica Marx na *Introdução à crítica da economia política*, a abordagem científica tem por objetivo reconstruir no pensamento, pelo pensamento, o *real explicado*. Nesse processo, o *ponto de partida da intuição* é o *concreto*, o *real*, o *particular*; mas o concreto aparece no pensamento como *resultado* e não como ponto de partida, mesmo se

---

<sup>3</sup> Ver Moishe Postone, *Temps, travail et domination sociale*, Fayard - Mille et une nuits, 2009, e Anselm Jappe, *Les aventures de la marchandise*, Denoël – Médiations, 2003.

ele é o ponto de partida da intuição. É por isso que se deve proceder a partir das categorias mais simples e mais gerais para reconstruir o real, um real a partir disso compreendido, esclarecido. O método científico passa do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, do geral ao particular.

Duas obras principais, *A gênese do "Capital" em Karl Marx* de Roman Rosdolsky e *Ensaio sobre a teoria do valor de Marx* de Isaak Roubine, publicados em tradução francesa nos anos 1970<sup>4</sup>, trouxeram uma contribuição determinante à compreensão do método do *Capital*, em ruptura com a apresentação unilateral antidialética imposta até então pelo stalinismo. Desde a publicação dessas obras, pode-se dizer que a "lógica conhecida" do *Capital* se resume como segue abaixo.

*O Capital* começa pela análise das categorias simples, gerais e abstratas de mercadoria, valor, dinheiro, trabalho em geral, capital em geral, lucro em geral ou mais valia..., para daí chegar a reconstruir a realidade complexa da economia, dos preços, dos lucros, dos capitais particulares e de sua concorrência, da indústria, do comércio e da finança, do papel do Estado, do mercado mundial e das crises. Às diversas categorias econômicas analisadas, correspondem relações sociais, que estão no centro da análise marxista. Esta se apresenta como análise de uma sucessão de relações sociais de uma complexidade crescente, uma análise da gênese dessas relações e das categorias correspondentes, cada relação se ultrapassando para engendrar a seguinte.

Marx estuda primeiro a relação mais simples, a *relação de troca* que se estabelece entre dois produtores de *mercadorias*. Essa relação caracteriza a produção mercantil em geral. Ela precedeu historicamente a produção capitalista, mas ela atinge seu pleno desenvolvimento na sociedade capitalista em sua maturidade. Uma mercadoria é primeiramente um objeto de utilidade, um *valor de uso*. Ela se apresenta como *valor de troca*, ou seja, como um bem passível de ser trocado por outro bem, equivalente sobre o plano do *valor*. A substância do valor é o trabalho abstrato, ou trabalho igual e indistinto, socialmente igualado pela troca.

É pelo intermédio da troca dos produtos enquanto valores que se realiza a repartição do trabalho entre as diversas atividades. O valor exprime uma relação social. Trata-se de uma *relação entre pessoas*, mesmo se ele se apresenta sob a forma de uma *relação entre coisas*, entre mercadorias trocadas das quais comparamos os *valores*. A evidência desse fato é um aspecto central da contribuição de Marx. É a mercadoria, mais particularmente seu conteúdo social, o valor, que é o regulador inconsciente da atividade. O mundo real se encontra regido pelas relações que se estabelecem no mundo das mercadorias. Marx fala do *fetichismo* da mercadoria, da reificação da relação de troca.

As contradições da relação de troca simples encontram sua solução no fato de que a propriedade de representar o valor de todas as mercadorias é transmitida a uma mercadoria particular, o *dinheiro* ou a *moeda*. Mesmo se é o produto de um trabalho privado que adquire a

<sup>4</sup> Pelas edições François Maspero, em 1976 e 1978 respectivamente. Estes dois livros influenciaram fortemente meus *Fondements et limites du capitalisme* (Boréal, Montreal, 1996) que são essencialmente a fonte das minhas observações no presente artigo.

característica de trabalho social e a forma de igualdade com todos os outros trabalhos, o dinheiro aparece como a encarnação imediata de todo o trabalho humano. Daí o fetichismo do dinheiro, que é uma simples forma do fetichismo da mercadoria. O meio pelo qual os produtos do trabalho humano se comparam torna-se o atributo de um objeto material exterior ao ser humano, o dinheiro, reificação da relação de troca.

A etapa seguinte consiste em fazer a gênese do capital. Dos limites da circulação simples M-D-M, surge a necessidade da circulação de dinheiro como capital, D-M-D'. Na circulação simples, a finalidade da operação é o consumo final improdutivo do valor de uso, externamente à circulação; o dinheiro é simplesmente gasto. Na circulação do capital, são as mercadorias que servem de intermediário ao movimento do dinheiro enquanto capital e cujo consumo produtivo permite sua conservação e seu crescimento; o dinheiro adiantado deve retornar em quantidade superior.

Como forma universal da riqueza, o dinheiro só pode ter um movimento quantitativo, tende a se multiplicar sem limites. O capital é a expressão desse movimento ininterrupto de valorização, de busca de enriquecimento como fim em si mesmo. Ele se apresenta assim como um *processo*.

O desenvolvimento do dinheiro em meio de acumulação conduz ao estabelecimento de uma nova relação, a que se estabelece por intermédio do dinheiro tornado *capital*, entre o capitalismo e o trabalhador, a relação fundamental da sociedade capitalista. Como para a mercadoria e o dinheiro, Marx fala do fetichismo do capital identificado a uma massa de coisas, os meios de produção e da reificação da relação social que ele representa. À reificação das relações sociais, Marx associa outra propriedade da sociedade de mercado, a personificação das coisas. O capitalista é uma simples personificação do capital, o capital em carne e osso, um indivíduo cuja única razão de ser é fazer frutificar o capital.

A relação entre o capitalista e o trabalhador é uma relação econômica particular que se divide em duas partes, dois atos formalmente e qualitativamente diferentes: a compra da força de trabalho pelo seu valor para o capital, ato que se desenrola na circulação simples, e o uso da força de trabalho pelo capitalista na atividade produtiva, fora da circulação. O resultado desse processo é a criação de um novo valor designado como a *mais valia* ou *lucro em geral*, forma social específica do excedente material e de sua apropriação na sociedade capitalista.

O capital em questão é o *capital em geral*, independentemente das formas concretas que ele toma na realidade. Essas formas concretas são estudadas por Marx no livro III do *Capital*, uma vez compreendidas as relações entre o *capital em geral* e o *trabalho em geral*, fundamentos da compreensão da relação social entre a classe capitalista e a classe do trabalhador assalariado, que são objeto dos livros I e II.

Eis aqui no que consiste essencialmente a lógica conhecida do *Capital*. Nessa lógica, o valor se autonomiza face às mercadorias através do dinheiro. Ele se autonomiza também face às mercadorias e ao dinheiro através do capital, “que se apresenta como uma substância motriz dele mesmo, e pelo qual mercadorias e dinheiro não são mais do que puras formas”<sup>5</sup>. É

---

<sup>5</sup> Karl Marx, *Le Capital*, tome 1, Paris, Éditions sociales, 1969, p. 158.

evidente que a autonomia em questão se torna uma autonomia relativa, e mesmo aparente como evoca Bihr (p. 77). Mesmo se o capital “*se apresenta como uma substância motriz dele mesmo*”<sup>6</sup>, sua frutificação depende da fonte de valor que é a força de trabalho. E isso, mesmo na forma “*a mais fetichizada*” do capital fictício onde o dinheiro parece fazer dinheiro “*sem processo que sirva de mediação entre os dois termos*”, mas cuja “*valorização só pode ser fundar na redistribuição de um valor já criado*”, como escreve Bihr (p. 103).

Ainda que seja pertinente esse percurso de evidenciação das diversas formas de autonomização do valor na exposição sintética do *Capital* que apresenta Bihr, nos interrogamos sobre sua pretensão de deduzir daí uma “lógica desconhecida” do *Capital*, estando essas formas de autonomização de fato no centro da lógica conhecida.

### **O lugar da mercadoria na lógica do Capital**

“*A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’*” (p. 45). Tendo citado essa primeira frase do *Capital*, Bihr escreve: “*Em um sentido pode-se dizer que todo o esforço realizado por Marx em O Capital visa dar conta dessa constatação*”. Essa afirmação está incorreta. O objetivo do *Capital* não é dar conta dessa constatação. “*(...) e a mercadoria individual [aparece] como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria*”, precisa ainda Marx, cuja totalidade do esforço realizado no *Capital*, a partir desse ponto de partida, é a análise do capital enquanto fundamento da sociedade capitalista, forma generalizada da sociedade de mercado.

### **O trabalho abstrato**

Tendo estabelecido a dupla determinação do trabalho em economia de mercado (trabalho concreto - trabalho abstrato) que remete à dupla determinação da mercadoria (valor de uso - valor), Bihr escreve que, “*para Marx, o trabalho abstrato não é apenas uma abstração teórica: é ao mesmo tempo uma realidade social*” (p. 19). Marx mostra, prossegue Bihr, “*que no seio do processo de produção capitalista [no seio da produção de mercadorias em geral?], o trabalho produtivo [o trabalho concreto?] tende a tomar a forma concreta de trabalho abstrato (...) e isso ocorre pelo menos sob duas formas diferentes. Por um lado, sob a forma do trabalho social médio ou do trabalho normal... Por outro lado, sob a forma do trabalho simples, entendido como o dispêndio de uma força humana de trabalho sem qualidade particular (...)*”. (Os comentários são meus).

Como o indicam os parênteses dessa citação, é necessário primeiramente mencionar que é no seio da produção de mercadorias em geral, no quadro da análise da mercadoria, e não no seio da produção capitalista, que Marx trata da questão do trabalho abstrato. Em

<sup>6</sup> Aqui optou-se por manter a edição adotada pelo autor. Pela edição brasileira teríamos “(...) que se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza”. Karl Marx, *O Capital*, tomo 1, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p.130 [NT]

consequência disso é evidente, portanto, que não está em questão o trabalho produtivo, categoria que aparecerá, na lógica do *Capital*, apenas quando estiver desenvolvida a categoria de capital em geral. A expressão “trabalho produtivo” é, portanto, empregada inadvertidamente por Bihr, no lugar da expressão “trabalho concreto”.

A abstração consiste em eliminar as particularidades de uma coisa para conservar apenas sua generalidade: o *trabalho em geral* ou *trabalho abstrato* é uma abstração dos trabalhos concretos particulares. Bihr o sublinha. Mas a abstração não é específica do método marxista. O que é específico desse método é a consideração do caráter histórico e social particular de toda produção. Dessa forma, o trabalho abstrato na produção de mercadorias é o trabalho concreto desprovido de suas particularidades segundo as modalidades próprias da economia de mercado, pela equivalência dos produtos na troca. Esse trabalho “igual e indistinto” socialmente equivalente pela troca é a substância do valor. A equivalência dos múltiplos trabalhos diferentes em porções de uma força social única é o resultado positivo do processo de abstração realizado pela troca, como descreve Marx:

Assim, o trabalho objetivado no valor das mercadorias não se representa apenas de um modo negativo, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas. Sua própria natureza positiva é expressamente ressaltada. Ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua característica comum de trabalho humano, ao dispêndio de força de trabalho do homem.<sup>7</sup>

A equivalência social dos trabalhos não é específica da economia de mercado. Toda sociedade, na divisão que ela efetua de seu trabalho total disponível entre as diversas atividades, reduz por isso mesmo os diversos trabalhos particulares a trabalho em geral, a simples porções de um dispêndio de força de trabalho dispondo-se em concerto com todas as outras no quadro da atividade econômica geral. Ela o faz segundo modalidades sociais diferentes de uma sociedade a outra, diretamente numa sociedade planificada, indiretamente por intermédio do mercado nas sociedades de mercado. Dizer que a substância do valor é o trabalho igual e indistinto ou *trabalho abstrato* é, portanto, insuficiente. É necessário precisar que esse trabalho é não apenas trabalho igual e indistinto, mas que ele é socialmente igualado *pela troca*, num quadro em que produtores privados e independentes comparam e equivalem os produtos de seu trabalho, os trocam na proporção de seus valores.

É necessário, portanto, distinguir do *trabalho abstrato em geral* o *trabalho abstrato que forma a substância do valor* na economia de mercado. O trabalho abstrato em geral, isto é, o simples dispêndio de energia humana ou aquilo que é comum a toda atividade de trabalho, é uma categoria universal, comum a todas as sociedades e a todas as épocas. O trabalho abstrato que forma a substância do valor não é simplesmente o trabalho concreto desprovido de suas características particulares; ele é o trabalho concreto desprovido segundo as modalidades que são próprias à economia de mercado, onde a ligação social entre produtores é a troca (Roubine, 1928, cap. 14).

---

<sup>7</sup> Idem, p. 67.

É por isso que Marx fala da *substância social* do valor e não de sua substância material. O valor é uma categoria histórica e social, própria à economia de mercado, “uma realidade puramente social” na qual não entra “nem um átomo de matéria”<sup>8</sup>. Não é o trabalho *por si só* que confere valor a um produto, mas o trabalho *organizado sob uma forma social determinada*, aquela da economia de mercado.

### **A moeda**

Bihr apresenta o desenvolvimento das formas do valor, da forma elementar da troca àquela do equivalente geral, para daí chegar às diversas funções que a moeda pode cumprir “enquanto forma autonomizada do valor, enquanto fetiche”. Ele fala do “desdobramento íntimo de toda mercadoria em valor de uso e em valor” que toma desde então a forma “do desdobramento entre a mercadoria e a moeda” (p. 20-25). Mas ele se furtar a falar do essencial.

A gênese da moeda como equivalente geral dos valores põe em evidência, sobretudo, a relação fundamental de *polaridade* entre mercadoria e moeda que nada tem de um simples “desdobramento”. Em economia de mercado, os trabalhos privados não são imediatamente trabalho social. Para aceder a essa condição é necessário que as mercadorias que são seu fruto sobrevivam com sucesso à prova do mercado, que elas sejam vendidas, que elas se transformem em moeda. A transformação das mercadorias em moeda é o meio pelo qual os trabalhos privados dos quais elas são o produto se encontram validados enquanto trabalho social. A moeda é a mediação necessária pela qual se opera a socialização do trabalho na sociedade de mercado. Esta é a substância da moeda, sua essência. O fundamento da análise marxista da moeda é essa dimensão qualitativa, a necessária transformação da mercadoria em moeda, que inclui a possibilidade de sua não-transformação.

### **Capital e mais-valia.**

“Ao lado do movimento M-D-M que constitui sua forma normal, a circulação das mercadorias pode ainda se apresentar sob outra forma, inversa da precedente, D-M-D, uma aquisição seguida de uma venda”, escreve Bihr (p. 25). Essa formulação é infeliz porque ela apresenta os dois movimentos como se pudesse simplesmente existir um “ao lado” do outro, ocultando o fato de que o segundo nasce necessariamente dos limites do primeiro num processo de sucessão de relações sociais de uma complexidade crescente, de gênese dessas relações, cada uma se ultrapassando para engendar a seguinte. Esse limite do movimento M-D-M apenas é evocado por Bihr na página seguinte.

Bihr fala por outro lado da troca entre capital e trabalho na formação da mais-valia como uma “troca desigual”. “Mais valor (de trabalho abstrato) é trocado por menos valor” (p. 33). Essa formulação é incorreta. Marx explica, pelo contrário, que a mais-valia surge de um

---

<sup>8</sup> Idem, p. 62.

processo onde a lei da troca é integralmente respeitada, mas onde um novo valor é, contudo, criado, como exprime essa passagem bem conhecida do *Capital*:

Nosso possuidor de dinheiro (...) tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação.<sup>9</sup>

É verdade que o capital sai ganhando de sua associação com o trabalho assalariado, enquanto a força de trabalho assalariada sai dessa associação simplesmente reproduzida, de modo que a relação entre trabalho assalariado e capital é uma relação desigual. Mas isso resulta, contudo, de uma "troca igual".

### **O nível de abstração do livro II.**

No livro I do *Capital*, Bähr escreve:

Marx supusera que o capital social (a totalidade formada pelos múltiplos capitais singulares em função na sociedade) se reduz a um único e mesmo capital. Ora, trata-se então de levar em conta o fato de que o capital social se compõe em realidade de uma multiplicidade indefinida de capitais singulares, cada um deles voltado para seu próprio processo cíclico de reprodução (...)” (p. 69).

É compreender mal o processo de passagem do *capital em geral*, que é o objeto dos livros I e II, aos *capitais particulares* que são o objeto do livro III.

O capital que está em questão nos livros I e II não é nem o capital social, que Bähr estima que seja objeto do livro I, nem a multiplicidade indefinida dos capitais singulares, que ele estima que seja objeto do livro II, mas o *capital em geral*, independentemente das formas concretas que ele toma na realidade (a multiplicidade dos capitais em concorrência uns com os outros). Essas formas concretas são estudadas por Marx no livro III do *Capital*, uma vez compreendidas as relações entre o *capital em geral* e o *trabalho em geral*, fundamentos da compreensão da relação social entre a classe capitalista e a classe do trabalho assalariado, que são o objeto dos livros I e II. Trata-se de estudar o *vir-a-ser do capital*, como diz Marx, antes de estudar o *capital tal como ele se tornou*, ou *capital acabado*, isto é, os múltiplos capitais e suas relações recíprocas, ou o *capital em sua realidade*.

O livro I termina com a análise da acumulação do capital, o livro II é consagrado à circulação e à rotação do capital. Marx estuda primeiro, no capítulo sobre a acumulação do capital do livro I, o processo de reprodução do capital apenas do ponto de vista da produção, supondo que as condições da acumulação na circulação já estão realizadas: existência de quantidades apropriadas de meios de produção permitindo o prosseguimento ininterrupto da produção, e realização do equilíbrio entre a oferta e a procura sobre os mercados. Ele estuda em seguida essas condições no livro II a partir de "esquemas de reprodução" que representam o setor produtivo da economia como constituída de dois departamentos que asseguram a produção dos meios de produção (departamento 1) e dos bens de consumo (departamento 2) entre as quais se repartem o capital e a força de trabalho.

---

<sup>9</sup> Idem, p. 138.

Duas frações distintas do capital são dessa forma investidas nos dois departamentos da atividade produtiva. A única relação que se estabelece entre essas duas frações do capital é uma relação de troca, cada um dos dois capitais associando-se à produção de bens de certa categoria que devem satisfazer uma demanda advinda em parte do setor que produz os bens da outra categoria. O único objetivo dos esquemas de reprodução é estabelecer as condições nas quais a troca entre os setores permitirá realizar o equilíbrio entre a oferta e a procura das duas categorias de mercadorias e de assegurar assim a reprodução do conjunto do capital. A divisão dos capitais entre os dois departamentos é uma *diferenciação no seio do capital em geral*. De maneira alguma esses capitais seriam considerados nesse estágio como a multiplicidade de capitais articulados em suas relações recíprocas, que Marx aborda apenas no livro III.

É mérito de Roman Rosdolsky ter posto à luz esse fato de extrema importância, chave da compreensão dos erros teóricos que estavam no centro dos debates sobre as crises e as capacidades de crescimento do capitalismo no seio da Segunda Internacional na passagem do século XIX para o século XX, debates fundados sobre o livro II do *Capital*. A fragilidade dos teóricos da Segunda Internacional, segundo Rosdolsky, se explica em grande parte pelo fato de a obra fundamental que são os *Manuscritos de 1857-1858 (Grundrisse)*<sup>10</sup>, nos quais Marx expõe a categoria do *capital em geral* como chave da compreensão do *capital na sua realidade* e estabelece assim os níveis sucessivos onde ele pretende situar a análise, tenha permanecido desconhecida desses teóricos, sendo publicada apenas em 1939. Daí segue de maneira mais geral que os esquemas de reprodução não são o lugar da análise das crises, onde elas não podem ser pressentidas a não ser de maneira incompleta e enquanto crises potenciais, “a crise real só podendo ser exposta a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito”, como escreve Marx<sup>11</sup>, isto é, a partir do movimento do capital real exposto no livro III.

#### **D-D'**

É óbvio que num livro centrado sobre “a autonomização do valor”, as questões de capital financeiro, capital portador de juros e capital fictício merecem um lugar de destaque, ainda mais na medida em que elas foram, por muito tempo, negligenciadas, senão “desconhecidas”, e que sua importância central na compreensão da dinâmica geral da acumulação capitalista e das crises financeiras foi confirmada de maneira poderosa pelos desenvolvimentos recentes. É mérito de François Chesnais de ter posto à luz, há trinta anos,

---

<sup>10</sup> Tal como é mencionado nas traduções francesa e inglesa do livro de Rosdolsky, a tradução correta do termo “Grundrisse” é “Ébauche” [rascunho, esboço] em francês e “Rough Draft” [idem] em inglês, e não “Fundamentos”, cujo equivalente alemão é “Grundlagen”. A tradução francesa de Roger Dangeville, publicada pelas edições Anthropos utiliza o termo incorreto “Fundamentos”.

<sup>11</sup> Karl Marx, *Théories sur la plus-value*, livro II, p. 611, Paris, Éditions sociales, 1975.

essa dimensão fundamental da análise de Marx que fora negligenciada até então<sup>12</sup>. É preciso sublinhar a exposição extremamente clara e completa que faz Bihr a esse respeito.

O capital de empréstimo como o analisa Marx, explica Bihr, se alimenta de uma dupla fonte: o capital-dinheiro latente, entesourado sob a forma de fundos de reserva, fundos de arrolamento, etc., a espera de entrar em função no processo de reprodução, e as reservas monetárias de que dispõem as classes superiores e médias. Duas instituições são encarregadas de captar seus fluxos e de colocá-los à disposição dos capitalistas ativos, o sistema bancário e o mercado financeiro. Emprestado como D, o capital de empréstimo deve retornar como D' = D + ΔD para se realizar como capital.

Certamente, escreve Bihr, para que o capital emprestado renda juros, é necessário que ele seja empregado como capital (...) no processo de reprodução e que ele lhe confira lucro. Mas há aí uma mediação que desaparece totalmente de seu movimento próprio de capital de empréstimo, que se reduz à troca D-D', de dinheiro contra uma soma de dinheiro superior. (...) Nesse movimento, a natureza e a origem da mais-valia (sob a forma dos juros) são completamente ocultadas, já que toda relação com o processo de produção desapareceu. Ainda que, sob a forma do capital de empréstimo, o valor pareça realmente provido de um poder mágico de se valorizar ele próprio (...) (p. 98-99).

É o fetichismo do valor sob a forma do capital financeiro, prossegue Bihr, que dá origem ao capital fictício. Todo ativo, todo título, de qualquer natureza que seja, que assegure a seu detentor uma renda regular, passa assim por um capital, um capital fictício, cujo valor é fictício.

Isso é bem evidente na medida em que esse título não representa um capital real. Por exemplo, no caso de um crédito sobre o Estado (...). Com efeito, o dinheiro emprestado ao Estado não é, em regra geral, de forma alguma utilizado por ele como capital. Ao contrário, ele é puramente e simplesmente gasto (...) para financiar as diferentes funções que ele cumpre (...). Ele é definitivamente perdido pelo Estado e não retornará jamais para ele, contrariamente àquilo que faz todo capital (...). Mas o valor-capital de um título não é menos fictício no caso em que esse título represente um capital real, por exemplo, no caso das ações (...) ou de obrigações [que] são no máximo 'duplicatas do capital real' (...) que não têm por si próprias nenhum valor e que não constituem em nada um capital. (p. 100-101).

Aquilo que dá uma aparência de realidade ao capital fictício é o movimento autônomo que adquire o valor desses títulos sobre o mercado financeiro, onde eles se transformam em mercadorias autônomas cujo preço é fixado segundo leis próprias. "O movimento desses preços sobre o mercado financeiro parece tanto mais autônomo na medida em que esse mercado é eminentemente especulativo. Mais que nenhum outro mercado, ele é fundado sobre previsões incertas que dão lugar, por consequência, a movimentos erráticos" (p. 101-102). Com o capital fictício, escreve Bihr, o fetichismo do capital é concretizado e a autonomização do valor atinge seu apogeu (p. 102).

Em suma, esse pequeno livro é um esforço vitorioso de apresentação sintética do *Capital*. Tão pertinente é sua evidenciação das diversas formas de autonomização do valor,

<sup>12</sup> Ver seu artigo de novembro de 1979, intitulado "Capital financier et groupes financiers : recherche sur l'origine des concepts et leur utilisation actuelle en France", publicado em 1981 em *Internationalisation des banques et des groupes financiers*, sob a direção de Charles-Albert Michalet, Paris, Éditions du CNRS. Chesnais retornou diversas vezes ao tema para sublinhar sua importância. Ver em particular "La prééminence de la finance au sein du 'capital en général', le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital", no livro coletivo *La finance capitaliste*, Actuel Marx Confrontations, Presses universitaires de France, Paris, 2006.

que se interroga sobre sua pretensão de concluir a esse respeito por uma “lógica desconhecida” do *Capital*. Lamenta-se, por outro lado, que ultrajes à “lógica conhecida” venham a prejudicar esse intento.